



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**2022**

## Mensagem da Administração

A PBH Ativos desempenha um importante papel no Município de Belo Horizonte/MG sendo responsável pela viabilização de projetos de grande impacto para todos os munícipes.

A Empresa atua exclusivamente no sentido de complementar políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, somente assumindo outras funções e/ou responsabilidades nos termos de eventuais contratos ou convênios celebrados, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico.

Os resultados experimentados pela população com os projetos apoiados pela PBH Ativos reforçam, cada vez mais, o quanto as atividades desenvolvidas vão ao encontro dos objetivos perseguidos pela Administração Pública Municipal.

O ano de 2022 foi marcado pelo retorno do trabalho (regime híbrido), observados os novos cuidados decorrentes da pandemia COVID-19, e pela superação da PBH Ativos em adaptar-se ao novo modelo, mantendo o desenvolvimento de suas atividades e buscando a excelência nas entregas.

A renovação da equipe de trabalho permitiu uma oxigenação de ideias e o surgimento de propostas de melhorias e de novos negócios, observando a manutenção dos compromissos anteriormente firmados.

Os valores da PBH Ativos (ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência) seguem presentes na rotina da empresa, que espera manter sua boa atuação e conquistar mais espaço de atuação.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023

**Pedro Meneguetti**

Diretor-Presidente

**Soraya Mourthé**

Diretora-Executiva

**Daniel Nogueira**

Diretor de Negócios

## IDENTIFICAÇÃO

- CNPJ: 13.593.766/0001-79
- Sede: Belo Horizonte
- Tipo de estatal: Menor porte, nos termos do §1º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303/2016
- Acionista controlador: Município de Belo Horizonte
- Tipo societário: Sociedade Anônima
- Tipo de capital: Fechado
- Composição acionária: Município de Belo Horizonte: 99,99945512% das ações, Prodabel 0,00027092% e BHTrans 0,00027396%.
- Abrangência de atuação: Municipal, com possibilidade de ampliação para nacional.
- Setor de atuação: Primária: Securitização de créditos. Secundárias: administração de obras; outras sociedades de participação; gestão e administração da propriedade imobiliária; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de engenharia; atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; administração pública em geral.
- Diretor Presidente: Pedro Meneguetti, (31) 3246-7044, [meneguetti@pbhativos.com.br](mailto:meneguetti@pbhativos.com.br)
- Auditores Independentes: Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S
- Membros do Conselho de Administração: Adriana Branco Cerqueira, André Abreu Reis, Daniel da Cunha Messias Roque, João Antônio Fleury Teixeira, Josué Costa Valadão, Leonardo de Araújo Ferraz, Leonardo Hissa Dias do Vale, Leonardo Maurício Colombini Lima e Pedro Meneguetti.
- Data utilizada como referência de dados: 31/12/2022.

## Missão, visão e valores

PBH  TIVOS



Plano Estratégico 2019-2023



## Principais atividades e mercados

### - Securitização e debêntures

A PBH Ativos é a empresa estatal responsável por estruturar e gerir essa operação para o Município, seguindo normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Resoluções do Senado Federal, a fim de garantir a legalidade e transparência de todo o processo.



### - Estruturação de concessões e PPPs

Possui equipe técnica qualificada, capaz de desenvolver modelagens de concessões, de forma a garantir a viabilidade dos projetos, possibilitando à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte/MG executar políticas públicas que promovem o desenvolvimento da Capital.



**PPP – Parceria Público-Privada**  
*Concessão administrativa*



**PPP – Parceria Público-Privada**  
*Concessão patrocinada*



## - Garantia para PPPs

Nos contratos de PPPs, o Poder Público assume obrigação de pagamentos periódicos e de longo prazo a um parceiro privado pela prestação de determinado serviço. Para assegurar o cumprimento desses pagamentos, é necessário constituir uma garantia financeira.

A PBH Ativos é a empresa estatal responsável por constituir essas garantias nos contratos de Parcerias Público-Privadas assinados pela Administração Pública Municipal.



## - Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP)

A PBH Ativos oferece suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGP), em consonância com o disposto no inciso VI do art. 2º da [Lei Municipal n. 10.003/2010](#) e com o art. 3º do [Decreto Municipal n. 16.694/2017](#).

O CGP foi instituído pela [Lei Municipal n. 9.038/2005](#) e regulamentado pelo [Decreto Municipal n. 16.694/2017](#), tendo como competência a centralização, coordenação, elaboração, gestão e execução de projetos de interesse do Poder Executivo para a análise de projetos em parceria com a iniciativa privada. Cabe ao CGP, ainda, a elaboração do Plano Municipal de Parcerias, a aprovação de editais, contratos, aditamentos e prorrogações.

Reúne-se sempre que necessário e pode convidar representantes de órgãos ou de entidades públicas ou privadas para participar das reuniões, sem direito a voto. O órgão ou a entidade da Administração Municipal interessado em participar do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas deve encaminhar o respectivo projeto à apreciação do CGP.



# **CAPÍTULO I - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **1. Interesse público**

A PBH Ativos, nos termos de sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010 oferece suporte técnico especializado à Administração Pública na execução das políticas públicas e captação de recursos para viabilizar projetos de infraestrutura nas áreas de saúde, educação, dentre outros de interesse da população.

A Empresa é responsável por auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; estruturar e implementar operações que visem a obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, nesse sentido, dar garantias ou assumir obrigações; custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

## **2. Políticas públicas**

A PBH Ativos destaca-se pela expertise necessária para o desenvolvimento de estudos de modelagem de permissões, concessões e PPPs, com a finalidade de garantir a viabilidade econômico-financeira e jurídica de projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte e de outros entes, executar políticas públicas que promovam seu desenvolvimento.

Nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017, que dispõe sobre o Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas, compete à PBH Ativos prover suporte técnico ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP com atribuições de: (i) coordenar a organização de núcleos setoriais para acompanhamento e gestão dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas em cada secretaria, órgão ou entidade do Poder Executivo responsável pelo serviço ou atividade objeto da contratação; (ii) prestar assessoramento técnico aos núcleos setoriais criados pelo CGP e (iii) coordenar o processo de negociação envolvendo pleitos e questões econômico-financeiras que possam gerar aditivos contratuais, atuando como mandatária do Município nos limites previamente estipulados pelo CGP.

A PBH Ativos já desempenhou importante atuação na captação de recursos mercado. A Companhia, no intuito de alcançar melhores resultados em investimentos, realizou uma operação intitulada securitização de recebíveis, atualmente em fase de finalização, na qual foram ofertados títulos mobiliários aos investidores no mercado de capitais, em consonância com as normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas Resoluções do Senado Federal.

Os recursos obtidos foram revertidos em importantes políticas públicas estruturadas pelo Município de Belo Horizonte.

### **3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas**

A cada biênio a PBH Ativos celebra com o Município Contrato de Metas e Desempenho com previsão de ações próprias e intersetoriais. Dentre as metas 2022-2023 existem aquelas foram pactuadas nos anos anteriores e outras novas, que possuem expectativa de conclusão em 2023, quais sejam:

- a. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão dos cemitérios (Depende de lei);
- b. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão para a gestão, reforma, requalificação e manutenção do Jardim Zoológico, Jardim Botânico e Aquário do Rio São Francisco;
- c. Modelagem e entrega da modelagem para audiência e consulta públicas da PPP de Limpeza Urbana;
- d. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação do projeto de economia de energia elétrica a partir da utilização da minigeração distribuída de fonte fotovoltaica;
- e. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para licitações de concessão de novos Campos de Futebol;
- f. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão de banheiros públicos (Projeto associado à “Requalificação do Centro de Belo Horizonte” / Depende de lei);
- g. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para aditamentos da PPP da Atenção Primária da Saúde;
- h. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para aditamentos da PPP da Educação;
- i. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para aditamentos da PPP da Iluminação Pública.

Para além desses pactuados formalmente no Contrato de Metas 2022-2023, outras relevantes atividades devem ocorrer neste ano:

- a. Apoio à gestão da concessão do Parque das Mangabeiras, cuja licitação foi homologada e seu objeto adjudicado em 2023;
- b. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão dos baixios de viaduto (Projeto associado à “Requalificação do Centro de Belo Horizonte”);
- c. Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão do Parque Municipal Américo René Giannetti (Projeto associado à “Requalificação do Centro de Belo Horizonte”);
- d. A atualização dos estudos de viabilidade para distribuição/comercialização digital do cartão de estacionamento rotativo digital e a estruturação de projeto para efficientização da fiscalização do serviço de estacionamento rotativo, no município de Belo Horizonte/MG;
- e. A estruturação de um Programa para resolver demandas públicas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia.

#### **4. Recursos para custeio das políticas públicas**

É importante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas. Conforme sua lei de criação, Lei Municipal n. 10.003/2010, e seu Estatuto a empresa auxilia a Administração Pública, observando ainda o estabelecido no Contrato de Metas e Desempenhos celebrado com o Município de Belo Horizonte.

A PBH Ativos possui atuação técnica voltada para a consultoria, assessoria e estruturação de projetos de infraestrutura, parcerias, concessões e permissões em diversas áreas, além de expertise pioneira na captação de recursos financeiros, via securitização de recebíveis.

Os recursos viabilizados via securitização e demais serviços executados pela Empresa (i) foram utilizados na amortização das debêntures de mercado[1] e ainda o são para a amortização das subordinadas[2]; (ii) foram/são revertidos para a manutenção da Companhia, considerando não ser empresa financiada nem custeada pelo Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010, e (iii) em vários anos anteriores foram distribuídos aos acionistas por meio de juros sobre capital próprio que, por sua vez, investem nas políticas públicas municipais.

#### **5. Impactos na operacionalização das políticas públicas**

A operacionalização de parte de importantes políticas públicas que são desenvolvidas pelo Município de Belo Horizonte ocorre baseada na expertise da PBH Ativos. Os indicadores para as tomadas de

decisão são sustentados por detalhados estudos de viabilidade econômico-financeira que levam em consideração, especialmente, os benefícios gerados aos munícipes, o impacto social, menor custo e ganho de eficiência para o Município de Belo Horizonte.

A Companhia propicia a oferta de verdadeiros dividendos sociais por meio de projetos intersetoriais, estruturados e/ou garantidos pela PBH Ativos e previstos nos Contrato de Metas e Desempenho celebrados com o Município de Belo Horizonte, em diversas áreas de atuação:

a) Educação

Na Parceria Público-Privada da Educação (PPP da Educação), além do assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Educação, a PBH Ativos é responsável por prestar garantia parcial na operação.

b) Saúde

Na Parceria Público Privada do Hospital Metropolitano (PPP do HMDCC) e na PPP da Atenção Primária (PPP da UBS), além do assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Saúde, a PBH Ativos é responsável por prestar garantia parcial na operação.

c) Aterro sanitário e Limpeza urbana

I - Na Parceria Público-Privada do Aterro Macaúbas, a PBH Ativos presta assessoramento técnico à Superintendência de Limpeza Urbana.

II – Na PPP da Limpeza Urbana, a Companhia segue modelando a concessão administrativa. A expectativa é que a modelagem esteja concluída em 2023, possibilitando ao Município a obtenção de ganhos de escala e escopo na execução dos serviços, com a incorporação de inovações tecnológicas e investimentos do setor privado no intuito de garantir melhorias da qualidade ambiental e da qualidade de vida da população.

d) Infraestrutura

I - Na Parceria Público-Privada da Iluminação Pública (PPP da IP), a PBH Ativos presta assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Obras/Superintendência de Desenvolvimento da Capital.

II - No projeto das Energias Renováveis, que busca a utilização de energia fotovoltaica pela Administração Pública por meio de locação de Sistemas de Geração Distribuída (SGD), a PBH Ativos atua como estruturadora do projeto do Município, quem tem como objetivo a geração de uma economia nas despesas de energia elétrica se suas unidades consumidoras se valendo da ampliação do uso de energia limpa.

e) Gastronomia e Cultura

Na concessão dos Mercados Municipais (Mercado Distrital de Santa Tereza e Feira Coberta do Padre Eustáquio em uma licitação e, Mercado Distrital do Cruzeiro e Central de Abastecimento Municipal / Feira Coberta do bairro São Paulo, em outra) modelada pela a PBH Ativos, a empresa seguirá prestando

assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, agora na fase de execução dos contratos.

f) Lazer e Turismo

I - Na concessão do Parque das Mangabeiras, a PBH Ativos além da modelagem, seguirá prestando assessoramento técnico à Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica, agora na fase de execução dos contratos.

II – Após a condução do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e realização de uma Consulta Pública, a PBH Ativos concluiu a modelagem dos documentos referenciais para a licitação da concessão para a “gestão, reforma, requalificação e manutenção do Jardim Zoológico, Jardim Botânico e Aquário do Rio São Francisco”. A Empresa seguirá apoiando a Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica na licitação.

g) Esporte

Nas concessões dos campos de futebol, além das modelagens, a PBH Ativos presta assessoramento técnico à Secretaria Municipal de Esportes, nas fases de licitação e execução dos contratos.

h) Programa de Requalificação do Centro de Belo Horizonte

No âmbito desse Programa, a PBH Ativos tem como atribuição:

I - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão de banheiros públicos (Depende de lei);

II - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão do Parque Municipal Américo René Giannetti;

III - Modelagem e entrega dos documentos referenciais para a licitação da concessão dos baixios de viaduto.

i) Startups

A PBH Ativos atuará na estruturação de um Programa para resolver demandas públicas diversas que exijam solução inovadora com emprego de tecnologia no Município.

j) Estacionamento rotativo

A PBH Ativos atuará na atualização dos estudos de viabilidade para distribuição/comercialização digital do cartão de estacionamento rotativo digital e a estruturação de projeto para eficiência da fiscalização do serviço de estacionamento rotativo, no município de Belo Horizonte/MG, sob demanda da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte e da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte.

k) Serviços cemiteriais

Embora o PMI dos Cemitérios Municipais já tenha sido realizado, o projeto depende de lei para prosperar e a PBH Ativos poderá ser demandada para retomar o projeto ainda em 2023.

## **6. Comentários dos administradores**

A PBH Ativos desempenha um importante papel no Município de Belo Horizonte viabilizando projetos de grande impacto para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar de todos os munícipes, uma vez que compete à Empresa:

- auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações;
- licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município;
- auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município;
- captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento e, dentre outros, buscar a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município.

A empresa apoia o Município também na gestão das parcerias em andamento, sendo ainda Secretária Executiva do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGP, nos termos do Decreto Municipal nº 16.694/2017.

Quanto aos projetos de novas concessões e parcerias do Município de Belo Horizonte, a PBH Ativos auxilia em sua estruturação jurídica e econômico-financeira, sendo contratada ou conveniada para tanto, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal n. 10.003/2010.

Os ganhos experimentados pela população com o trabalho desenvolvido pela Empresa reforçam e consolidam a importância e aderência do objeto social da Companhia com os objetivos perseguidos pela Administração Pública municipal.

A PBH Ativos reforça seu objetivo de, em 2023 fortalecer seu compromisso com o Município de Belo Horizonte desenvolvendo as atividades estabelecidas em seu objeto social com excelência, inovação e eficiência, ferramentas importantes para o desenvolvimento sustentável de Belo Horizonte.

A expectativa é a de manter a boa atuação durante todo o ano, buscando ampliar seus negócios para sua manutenção nos próximos exercícios, sempre com amparo em seus valores: ética, comprometimento, excelência, inovação, governança e transparência.

## **7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos**

A administração da PBH Ativos é responsável por estabelecer e manter um ambiente de controles internos adequado.

Enquanto sociedade anônima de capital fechado integrante da Administração Indireta, a companhia é submetida à legislação societária pertinente, em especial as Leis Federais n. 6.404/1976 e n. 13.303/2016, e às imposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

No âmbito do municipal, segue as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), que traça diretrizes e estratégias para as empresas estatais que possuem participação acionária do Município de Belo Horizonte, em conformidade com os termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

A Companhia atua no sentido de atender às melhores práticas de governança corporativa[3], o que inclui o compromisso com a transparência, que orientam a gestão e os empregados.

Quanto à gestão dos riscos na PBH Ativos, o principal objetivo é a redução da materialização de eventos que possam vir a impactar negativamente os objetivos estratégicos e a perenidade da Empresa, de modo que vem focando atualmente na busca de novos negócios.

Durante o ano de 2022 ocorreu o monitoramento e acompanhamento da gestão de riscos da Companhia, em especial o voltado para a manutenção da independência financeira, o que deve prosseguir em 2023[4].

Na rotina operacional da Companhia, cada unidade procede aos seus controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais (inclusive com provisionamento contábil-financeiro), pagamentos e outros. A gestão administrativa, contábil e financeira da PBH Ativos é executada por meio de Sistema de Gestão Integrado, garantindo maior segurança e controle nas rotinas operacionais.

Os riscos de integridade são tratados no âmbito do Programa de Fomento à Integridade Pública, de iniciativa da Controladoria Geral do Município (CTGM), ao qual a PBH Ativos aderiu e é amparado no Código de Ética e Integridade e na Política de Integridade e Anticorrupção. Nessa seara, a PBH Ativos possui o selo de participante do “Programa Nacional de Prevenção à Corrupção”, de iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com coordenação e execução da Rede de Controle nos Estados, patrocinada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

## **8. Fatores de Risco**

Os riscos, uma vez identificados, são analisados e tratados pela PBH Ativos. Aqueles que merecem mais destaque são regularmente submetidos ao Conselho de Administração, sendo que o de maior relevância envolve a análise da perenidade da Companhia, tendo em vista o término da operação de securitização em 2023 e a necessidade de celebração de novos negócios.

## **9. Remuneração**

A remuneração dos empregados e Administradores da sociedade é norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos e empregados do Município de Belo Horizonte, não obstante, conforme já explicitado, a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A remuneração dos empregados observa acordos e/ou convenções coletivas de trabalho celebradas anualmente, seguindo também as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal n. 16.729/2017.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais n. 6.404/1964 e n. 13.303/2016, bem com o §1º do art. 11 da Lei Municipal n. 10.003/2010.

O regime de trabalho dos empregados é celetista, sendo assegurado aos Diretores eleitos Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

A remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e empregados são divulgadas no site institucional[5].

## **10. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas**

É relevante destacar que a PBH Ativos, enquanto empresa estatal, não tem competência direta para executar políticas públicas, conforme sua lei de criação, Lei Municipal nº 10.003/2010.

## **11. Ambiente Externo**

Conforme o Plano Estratégico 2021/2025, foram identificados fatores externos que impactam a Companhia, como aspectos do contexto legal, comercial, social, ambiental e político, conforme segue:

### **T1. Alterações e inovações legislativas**

Alterações legislativas nas áreas societárias, tributárias, regulatórias, dentre outras podem suscitar impactos negativos nas atividades da Empresa.



## **T2. Ações judiciais**

Ações judiciais comprometem licitações, contratos e rotinas de trabalho da empresa, podem impactar os cronogramas e custos dos projetos. Além disso, tendem a prejudicar a implementação de políticas públicas.

## **T3. Arrecadação reduzida de forma a afetar o limite de comprometimento da Receita Corrente Líquida - RCL (PPPs)**

De acordo com a Lei Federal nº 11.079/2004, os entes federativos, no presente caso, o Município de Belo Horizonte/MG, pode comprometer até 5% da sua Receita Corrente Líquida com o pagamento de contraprestações de contratos de PPPs. Nesse sentido, acaso o Município tenha uma significativa queda na arrecadação, limitar-se-iam novos contratos desta modalidade, restringindo a atuação da empresa nas modelagens de novos projetos.

## **T4. Capacidade financeira limitada para a constituição de garantias para as PPPs**

Um dos principais pilares de um contrato de Parceria Público-Privada diz respeito às garantias que resguardam o Concessionário em caso de eventual inadimplência do Poder Concedente. Nesse sentido, caso o Poder Concedente sofra uma redução na capacidade de constituir garantias públicas aos parceiros privados, terá reduzida a atratividade de seus contratos, o que poderia, até mesmo, inviabilizá-los.

## **T5. Fim da operação de debêntures, com consequente redução de receita**

A ausência de interesse em realizar nova emissão de debêntures para captação de recursos pode impactar a perenidade da PBH Ativos.

## **T6. Incerteza sobre alíquotas tributárias aplicáveis, em razão da inexistência de legislação específica**

Considerando que a securitização realizada é lastreada em créditos cedidos onerosamente do Município, distintamente das securitizadoras do mercado, inexistente legislação específica que trate da tributação.

## **CAPÍTULO II - DA GOVERNANÇA CORPORATIVA**

### **1. Atividades desenvolvidas**

A PBH Ativos é a empresa que tem, como função precípua, viabilizar políticas públicas da Administração Pública, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades:

- a) estruturar e gerir a operação de securitização de recebíveis para o Município;
- b) realizar estudos de modelagem de projetos;
- c) constituir garantias nos contratos de parcerias público-privadas assinados pela Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal n. 11.079/2004.

Como resultado das atividades desenvolvidas, as Receitas Operacionais foram contabilizadas como resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia, conforme demonstrações contábeis em dezembro de 2022, que totalizaram R\$75,2 milhões, em decorrência da atualização do saldo devedor dos créditos a receber no longo prazo e também das amortizações recebidas do fluxo de direitos creditórios de janeiro a dezembro e do fluxo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA/MG no mesmo período, no montante de R\$62,3 milhões e R\$12,5 milhões, respectivamente. No segundo semestre de 2022 foi reconhecido o importe de R\$ 38,7 milhões, referente ao valor justo da carteira dos direitos creditórios em razão da conciliação dos relatórios gerenciais emitidos pela Secretária Municipal de Fazenda. As Receitas Financeiras líquidas totalizaram R\$ 32,6 milhões, no mesmo período, e decorrem basicamente de aplicações financeiras. Já o Lucro Líquido contábil apurado foi de R\$ 47,7 milhões.

### **2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco**

As questões estratégicas concernentes ao processo de gestão de riscos corporativos são de competência do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por definir o nível de apetite ao risco na condução dos negócios, implementar e supervisionar os sistemas de gestão de riscos institucionais e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposta a Sociedade, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

A Diretoria, por sua vez, propõe ao Conselho de Administração o nível de apetite ao risco da Empresa, sempre comprometida com a implementação das estratégias e diretrizes da Sociedade respeitando as melhores práticas de governança corporativa e políticas internas, patrocinando, ainda, a implantação da gestão de riscos operacionais da sociedade alocando recursos necessários às atividades de gerenciamento de riscos.

As ações da alta administração ainda são fiscalizadas pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei Federal 6.404/1976 e Estatuto.

A Companhia conta com auditoria independente, contratada mediante licitação que realiza o acompanhamento da gestão e a auditoria do balanço semestralmente.

Em sua rotina operacional, cada unidade da Empresa possui controles internos, podendo citar: contratos e convênios, processos judiciais, pagamentos e outros.

No âmbito do controle externo, a PBH Ativos participa de audiência pública, anualmente, perante as Comissões de Administração Pública ou Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Além disso, a Secretaria Municipal de Fazenda, órgão ao qual a PBH Ativos está tecnicamente vinculada, a Controladoria Geral do Município e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais procedem à fiscalização pontual das atividades da Empresa, sempre que entendem necessário.

### **3. Fatores de risco**

No desenvolvimento de suas atividades a PBH Ativos identificou como principal risco atual a performance financeira para a manutenção da sua independência do Tesouro.

### **4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho**

O Conselho de Administração entende que a PBH Ativos vem atuando satisfatoriamente, com propriedade técnica, na consecução dos seus objetivos sociais, considerando, em especial:

- a) Securitização: A amortização das debêntures subordinadas já injetou no Município R\$885,7 milhões, até 31/12/2022, que devem ser usados em investimentos de interesse público.
- b) Garantias nas PPPs: a PBH Ativos garante os contratos de concessão administrativa da Educação, do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro e da Atenção Primária, nos valores de R\$6,9 milhões, R\$137,1 milhões e 25,8 milhões, respectivamente, em 31/12/2022.
- c) Modelagem de projetos: realizada em conformidade com o Contrato de Metas 2022-2023 celebrado com o Município, oportunidade em que a empresa é ressarcida pelos trabalhos desenvolvidos cuja metodologia de cobrança foi deliberada pelo Conselho de Administração.

## **Algumas realizações de 2022:**

A PPP da Educação contribuiu para os seguintes resultados da Secretaria Municipal de Educação<sup>1</sup>:

- 45.778 alunos atendidos em tempo integral no Ensino Fundamental: 96,34% da demanda manifestada;
- 38.790 alunos atendidos em tempo integral na Educação Infantil, um crescimento de 1.613 alunos em relação a dez/21;
- 100% de atendimento de toda demanda cadastrada (1 a 5 anos) para educação infantil;
- 96,8% do cadastro atendido (0 a 1 ano) para o berçário. Fila restante de 271 bebês;

A PPP do Hospital Metropolitano e a PPP da Atenção Primária da Saúde contribuíram para os seguintes resultados da Secretaria Municipal de Saúde<sup>2</sup>:

- Ampliação em 35% do número de cirurgias eletivas em comparação ao ano de 2021;
- 11 Centros de Saúde, por meio da PPP da Atenção Primária, reconstruídos;

A PPP da Iluminação Pública contribuiu para o aumento da qualidade do serviço de iluminação pública e para a redução do consumo de energia do Município<sup>3</sup>.

A PPP do Aterro de Macaúbas contribuiu para uma adequada disposição de resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município, que recolhe, aproximadamente, a seguinte quantidade de lixo (por categoria)<sup>4</sup>:

- Domiciliar: 1.900 toneladas/dia;
- Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs): 320 toneladas/dia;
- Deposição clandestina: 380 toneladas/dia;

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-apresenta-balanco-das-realizacoes-em-2022>

<sup>2</sup> Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-apresenta-balanco-das-realizacoes-em-2022>

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.bhip.com.br/quem-somos/iluminacao-publica/>

<sup>4</sup> Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/slu/informacoes/numeros-limpeza-urbana>

- Resíduos públicos: 200 toneladas/dia.

A Concessão dos Mercados Municipais foi formalizada com a assinatura dos contratos<sup>5</sup> para a gestão e manutenção do Mercado do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Feira Coberta do Padre Eustáquio, bem como do Mercado Distrital do Cruzeiro e da Feira Coberta do Bairro São Paulo. A gestão dos contratos contará com a participação da sociedade civil, por meio de Comitês de Relações Comunitárias<sup>6</sup>. Também já foram emitidas as Ordens de Início da Fase 1<sup>7</sup> e formalizada a imissão na posse do Mercado Distrital do Cruzeiro e da Feira Coberta do Bairro São Paulo<sup>8</sup>.

A Consulta Pública<sup>9</sup> realizada com a modelagem do projeto da Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica voltado para “concessão de bem público visando a gestão, reforma, requalificação, manutenção e demais serviços associados do Jardim Zoológico, exposição do Jardim Botânico, Aquário do Rio São Francisco e Parque Ecológico da Pampulha, para fins de gestão, operação e manutenção destes espaços, bem como para a execução de obras de requalificação da infraestrutura existente e exploração de atividades comerciais” permitiu a colaboração do mercado para aprimoramento da licitação, que deverá ocorrer em 2023.

O projeto Várzea Viva, da Secretaria Municipal de Esportes, objetiva viabilizar a revitalização e a requalificação de campos municipais, permitindo maior acesso para população e comunidades do entorno, bem como a desoneração dos cofres públicos, e prosseguiu apoiado pelas modelagens da PBH Ativos e permitiu a licitação para a concessão de uso dos campos do Racing, do Morada do Sol<sup>10</sup> e do Complexo Esportivo Salgado Filho<sup>11</sup>.

A modelagem demandada pela Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica para a concessão de uso onerosa de áreas públicas localizadas no interior do Parque Municipal das Mangabeiras (estacionamento, parque esportivo, edifício de apoio, ciranda de brinquedos, praça das águas e teatro de arena), para fins de gestão, operação e manutenção destes espaços, bem como para a execução de obras de requalificação da infraestrutura existente e exploração de atividades comerciais foi concluída, a licitação realizada<sup>12</sup> e homologada, bem como o objeto adjudicado ao licitante vencedor<sup>13</sup>.

O modelo de negócios estruturado pela PBH Ativos voltado para a locação de sistemas de geração distribuída (SGD) na categoria de minigeração de energia elétrica de fonte fotovoltaica, com o objetivo de reduzir as despesas com energia elétrica nos equipamentos públicos municipais, foi revisto e ampliado após a realização de uma sondagem de mercado<sup>14</sup> e deve ir a mercado em 2023.

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeitura-e-empresas-assinam-contrato-de-concessao-dos-mercados-municipais>

<sup>6</sup> Disponíveis em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/18820>; <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/18823> e <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/18822>

<sup>7</sup> Disponíveis em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/13081> e <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/13080>

<sup>8</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/26348>

<sup>9</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/21054>

<sup>10</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/15240>

<sup>11</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/27023>

<sup>12</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/19608>

<sup>13</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/30129>

<sup>14</sup> Disponível em <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/19973>

A modelagem para a licitação de uma PPP para Limpeza Urbana seguiu em elaboração e visa à prestação de serviços públicos que englobam um conjunto de atividades, de infraestruturas e de instalações operacionais relativas (i) à limpeza, à capina, à roçada, à varrição, à lavagem e aos serviços congêneres de áreas, vias e logradouros públicos; (ii) à coleta, ao transbordo, ao transporte, à triagem para fins de reúso e reciclagem, ao tratamento e à disposição final dos resíduos; e (iii) à gestão e à operacionalização de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – URPVs.

## **5. Políticas e práticas de governança corporativa**

Em atenção às boas práticas de governança corporativa, a PBH Ativos observa uma série de políticas, aplicáveis conforme o enquadramento da Companhia em estatal de maior ou de menor porte:

- a) Código de Conduta Ética e de Integridade
- b) Política de Classificação de Informações
- c) Política de Distribuição de Dividendos
- d) Política de Gestão de Pessoas
- e) Política de Gestão de Riscos
- f) Política de Integridade e Anticorrupção (revisada em 2022)
- g) Política de Porta Vozes
- h) Política de Divulgação de Informações
- i) Política de Transação com Partes Relacionadas (revisada em 2022)
- j) Política de Indicação e Avaliação
- k) Programa de Integridade (revisada em 2022)
- l) Política de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Além disso, são observados os Regimentos da Diretoria Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que aprimoram o funcionamento dessas instâncias. Outros instrumentos basilares de atuação da PBH Ativos são o Estatuto e o Regimento Interno (revisado em 2022).

O Código de Conduta Ética e de Integridade da PBH Ativos estabelece os princípios e normas de conduta aplicáveis aos agentes vinculados de qualquer forma e período à PBH Ativos, com o objetivo de disseminar valores éticos, de lisura e integridade, inclusive à alta administração.

Observa-se, ainda, atenção para com os canais de denúncia e preocupação da Companhia com a proteção do anonimato, bem como, com mecanismos que impeçam qualquer espécie de retaliação ao possível denunciante. Até a data de assinatura desta, não foram observadas denúncias pelos canais da companhia.

Todas essas políticas e ações prezam pela transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa, que são princípios basilares para a governança da PBH Ativos.

A PBH Ativos faz parte do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção – PNPC e busca aprimorar cada vez mais seus padrões de integridade, implementar as boas práticas de prevenção, detecção, investigação, correção, monitoramento e transparência.

No aspecto transparência, a PBH Ativos atualiza regularmente seu site oficial, enriquecendo informações de forma ativa, de forma a ampliar a divulgação das ações da Companhia. Também foram observadas as Políticas de Divulgação de Informações e de Classificação de Informações.

Também foi executado o Plano de Dados Abertos[6] (PDA 2021-2022) e atualizará o PDA para o próximo biênio 2023-2024. Referido Plano contempla o planejamento para publicação de dados, em formato aberto, de dados públicos produzidos ou custodiados nos sistemas de informação da PBH Ativos.

## **6. Descrição da composição e da remuneração da administração[7]**

Como já informado, a remuneração dos Administradores da sociedade é norteadada pela remuneração aplicada aos agentes públicos do Município de Belo Horizonte, não obstante a Empresa ser independente do Tesouro Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Municipal nº 10.003/2010.

A Assembleia Geral fixa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, do Conselho Fiscal. Já o Conselho de Administração fixa a Política de Gestão de Pessoas, aprova concursos, o quadro de pessoal e as tabelas de remuneração dos empregados. Isso em conformidade com as Leis Federais nº 6.404/1964 e 13.303/2016, com o §1º do art. 11 da Lei Municipal nº 10.003/2010, e com as diretrizes do Comitê de Coordenação de Empresas Estatais (CCEE), nos termos do Decreto Municipal nº 16.729/2017.

É assegurado aos Diretores eleitos o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, gratificação natalina, férias, inclusive indenizadas e eventuais benefícios, como vale-refeição ou alimentação, nos termos da lei, sujeito ainda ao recolhimento previdenciário, nos termos Estatutários.

Nome	Remuneração do cargo (R\$ em 31/12/2022)
<b>Conselheiros de Administração em exercício</b>	
Adriana Branco Cerqueira	4.907,72
André Abreu Reis	4.907,72
Daniel da Cunha Messias Roque	4.907,72
João Antônio Fleury Teixeira	4.907,72
Josué Costa Valadão	4.907,72
Leonardo de Araújo Ferraz	4.907,72
Leonardo Hissa Dias do Vale	4.907,72
Leonardo Maurício Colombini Lima	4.907,72
Pedro Meneguetti	-[8]
<b>Diretores em exercício</b>	
Pedro Meneguetti	23.184,71
Soraya de Fatima Mourthé Marques Lage	19.032,23
Daniel Rodrigues Nogueira	28.112,48[9]



---

[1] Apesar do fim do cronograma de amortização das debêntures de mercado em abril/2021, a liberação dos recursos depende da conclusão da Representação n. 1.024.572 que ainda tramita perante o Tribunal de Contas de Minas Gerais.

[2] Cronograma de amortização das debêntures subordinadas com previsão de conclusão em abril/2023.

[3] <https://www.ibgc.org.br/>

[4] Projeto de Lei 383/2022, propõe a alteração da Lei Municipal n.10.003/2010, lei de criação da PBH Ativos, ampliando seu objeto social. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/383/2022>

[5] Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>

[6] Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/dadosabertos/>

[7] Disponível em <https://pbhativos.com.br/transparencia/remuneracao-de-colaboradores/>

[8] A partir do mês de Agosto/2022, por conta de alteração do Estatuto Social da PBH Ativos, deixou de ser devida remuneração mensal ao Diretor-Presidente pelo exercício da função de Conselheiro, quando este ocupar vaga no Conselho de Administração.

[9] Remuneração do órgão de origem: R\$ 16.693,13. 60% do cargo de comissão para exercício de Diretoria, se cedido: R\$ 11.419,35

## PBH ATIVOS S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as  
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos  
Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
PBH ATIVOS S.A.  
Belo Horizonte – MG**

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PBH ATIVOS S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PBH ATIVOS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, que descreve que, em junho de 2020, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG suspendeu os pagamentos das debêntures de mercado emitidas pela PBH Ativos, determinando a sua retenção em conta bancária específica até a decisão de mérito da ação.

Nesse contexto, destaca-se que essa decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S/A) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto. Os autos do processo administrativo em tela se encontram em sede de exame meritório pelo Tribunal Pleno do TCE-MG.

Em 18 de abril de 2021, a Fitch retirou o *Rating* Nacional de Longo Prazo “Dsf (bra)” da 2ª emissão de debêntures da PBH Ativos S.A., porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas. Segundo a Administração, em abril de 2021, a Escritura de debêntures de 2ª emissão teve o cronograma de amortização encerrado.

Embora a PBH Ativos tenha depositado integralmente as últimas parcelas (de julho/2020 até abril/2021), o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador não transferiram o recurso ao debenturista de mercado em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1). Essas parcelas estão retidas, até a decisão de mérito, na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do Banco do Brasil (“contas de Pagamento”). Em dezembro de 2022, o saldo devedor atualizado era de R\$ 5,5 milhões (vide nota nº 8). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Assim, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou em seu balanço patrimonial obrigações com debêntures de emissão simples, no montante de R\$ 199.241 mil, conforme divulgações na Nota Explicativa nº 12 sobre as demonstrações contábeis. As debêntures são lastreadas por meio de cessão fiduciária, por tributos municipais renegociados, originados por BH, os quais foram transferidos à PBH Ativos por contrato de cessão onerosa. Os tributos incluem o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outras taxas municipais. O agente fiduciário da emissão, a Pentágono S.A. DTVM (Pentágono), é responsável por verificar o DSCR e o índice de garantia.

## Debêntures – 1ª emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1º de abril de 2014, para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas na cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas, com valor nominal unitário de R\$ 10 mil). Possui prazo de vencimento até 1º de abril de 2023.

## Debêntures – 2ª Emissão

São constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie, com garantia real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures, com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões. A Escritura de debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021, sem que houvesse sua quitação integral. As parcelas devidas e não pagas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil (“contas de Pagamento”), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo atualizado, em 31 de dezembro de 2022, de R\$ 5,5 milhões (R\$ 5 milhões, em dezembro de 2021).

Por se tratar de uma obrigação relevante para a Companhia e sujeita a fatores externos para cumprimento das garantias atreladas às debêntures de 1ª e 2ª emissão, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

## Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o entendimento sobre o monitoramento das obrigações vinculadas às debêntures de 1ª e 2ª emissão; (b) análise das autorizações e dos registros realizados nos órgãos oficiais controladores (B3 e CVM); (c) análise das atas das assembleias gerais respectivas, em que são autorizados os processos (pelas publicações e/ou pelos registros de atas); (d) análise da autorização de emissão, pela diretoria, para efeitos de controles internos; (e) análise dos cumprimento de obrigações não pecuniárias; (f) análise do cumprimento dos índices financeiros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (g) avaliação da adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Como resultado desses procedimentos, consideramos que os controles internos utilizados pela Administração para monitoramento e cumprimento das obrigações e dos índices financeiros vinculados às debêntures são razoáveis. As divulgações estão consistentes com os dados e as informações obtidos ao longo deste trabalho.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance dos trabalhos de auditoria planejados, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos durante a auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que uma lei ou um regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 15 de fevereiro de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP  
Sócio Responsável Técnico



**PBH ATIVOS S.A.**

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

**Ativo**

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	125.891	102.279
Aplicações vinculadas	8	5.498	5.016
Créditos a receber	5	216.785	52.995
Impostos a recuperar	6	1.458	406
Outros ativos		8	2
		<b>349.640</b>	<b>160.698</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
<i>Créditos a receber</i>	5	190.195	360.705
<i>Depósitos judiciais</i>	7	28.149	21.787
<i>Garantias e cauções</i>	9.1	169.932	144.864
<i>Créditos fiscais</i>	21.2	8.203	13.335
<i>Bens destinados à venda</i>	10	10.010	10.010
<b>Imobilizado</b>	11	29.615	29.656
		<b>436.104</b>	<b>580.357</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>785.744</b>	<b>741.055</b>

**Passivo e patrimônio líquido**

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>			
Debêntures	12	199.241	52.881
Fornecedores		72	50
Impostos e obrigações a recolher	13	424	375
Salários, remunerações e encargos	14	453	347
Provisões trabalhistas	15	361	302
Outros passivos		185	67
		<b>200.736</b>	<b>54.022</b>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	12	-	165.852
Garantias e cauções passivas	9.2	5	5
Tributos diferidos	21.1	76.172	66.405
Contingência fiscal	7	28.149	21.787
		<b>104.326</b>	<b>254.049</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	16.1	284.280	284.280
Reserva de lucros	16.2	196.402	148.704
		<b>480.682</b>	<b>432.984</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>785.744</b>	<b>741.055</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado do exercício  
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021 (Reclassificad</b>
Receitas	17	75.262	40.705
Custos	18	(21.502)	(11.628)
<b>Lucro bruto</b>		<b>53.760</b>	<b>29.077</b>
Despesas com pessoal		(4.278)	(3.510)
Despesas administrativas		(3.600)	(3.247)
Despesas tributárias	19	(6.610)	(3.736)
Atualização depósitos judiciais	7	2.460	650
Atualização monetária (correção saldo negativo de IRRF)		0	(11)
Outras receitas e despesas operacionais		116	111
		<b>(11.912)</b>	<b>(9.743)</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>41.848</b>	<b>19.334</b>
Receitas financeiras	20	33.455	10.814
Despesas financeiras		(761)	(318)
<b>Receitas financeiras líquidas</b>		<b>32.694</b>	<b>10.496</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>74.542</b>	<b>29.830</b>
Imposto de Renda e CSLL	21	(11.945)	(6.259)
Provisão Imposto diferidos	21.1	(9.767)	4.671
Reversão crédito fiscal sobre compensação de prejuízo	21.2	(5.131)	(2.692)
		<b>(26.844)</b>	<b>(4.280)</b>
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>47.698</b>	<b>25.550</b>
<b>Lucro líquido do período por ação</b>		<b>1,45</b>	<b>0,78</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)



---

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	47.698	25.550
Outros resultados	0	0
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>47.698</b>	<b>25.550</b>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros a destinar		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>284.280</b>	<b>9.017</b>	<b>134.137</b>	-	<b>427.434</b>
Lucro líquido do período		-	-	-	25.550	<b>25.550</b>
Transferências para reservas			1.278	24.272	(25.550)	
Juros sobre o capital próprio		-	-	(20.000)	-	<b>(20.000)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>284.280</b>	<b>10.295</b>	<b>138.409</b>	-	<b>432.984</b>
Lucro líquido do período	16.2.b	-	-	-	47.698	<b>47.698</b>
Transferências para reservas	16.2	-	2.385	45.313	(47.698)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>284.280</b>	<b>12.680</b>	<b>183.722</b>	-	<b>480.682</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis..

**PBH ATIVOS S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021  
(Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>47.698</b>	<b>25.550</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	41	37
Variação monetária líquida	(10.919)	(22.613)
Ajuste a valor justo	(38.702)	0
Custo de captação amortizado	0	5
Despesas de juros	0	24
Provisão de Impostos diferidos	9.767	(4.671)
Provisão para contingências	6.362	3.499
Créditos fiscais	5.131	2.692
Juros reconhecidos sobre créditos a receber	(3.619)	(6.374)
	<b>15.759</b>	<b>(1.851)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos ativos</b>		
Recebimento de créditos	81.971	105.284
Impostos a recuperar	(1.052)	1.297
Aplicações vinculadas	(482)	(1.837)
Créditos a receber	(27)	513
Outros Ativos Circulantes	(6)	1
Realizável a Longo Prazo	(31.430)	5.939
	<b>48.974</b>	<b>111.197</b>
<b>Aumento líquido/(redução) nos passivos</b>		
Fornecedores	22	(8)
Impostos e obrigações a recolher	49	(773)
Obrigações sociais e trabalhistas	107	6
Provisões trabalhistas	59	(17)
Garantias contratuais	0	(8)
Outros Passivos	118	67
	<b>355</b>	<b>(733)</b>
<b>Caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>	<b>65.088</b>	<b>108.613</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição imobilizado/intangíveis	0	(115)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>0</b>	<b>(115)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio	0	(20.000)
Amortização de debêntures	(41.476)	(54.066)
Juros pagos sobre debêntures	0	0
<b>Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<b>(41.476)</b>	<b>(74.066)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.612</b>	<b>34.432</b>
Caixas e equivalentes no início do período	102.279	67.847
Caixas e equivalentes no final do período	125.891	102.279
<b>(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.612</b>	<b>34.432</b>

## **1. Contexto operacional**

A PBH Ativos é uma sociedade de economia mista registrada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2011, com prazo de duração indeterminado, detendo o Município de Belo Horizonte/MG a quase totalidade de suas ações, tendo como objetivo, principalmente, titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros; auxiliar o município na realização de investimentos em geral e em projetos de concessão ou parceria público privada, podendo para tanto dar garantias ou assumir obrigações; licitar ou realizar obras mediante convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta do Município.

### **1.1 Suspensão de pagamentos das debêntures emitidas pela PBH Ativos, por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG**

A Representação nº 1.024.572 foi interposta em outubro de 2017 em face do Município de Belo Horizonte e da PBH Ativos S.A., em razão de supostas irregularidades relacionadas ao processo de emissão de debêntures e ao procedimento de captação de recursos via emissão de debêntures.

Alega-se a existência de indícios de que a taxa de remuneração das debêntures de mercado emitidas pela PBH Ativos S.A. em abril de 2014, adquiridas, em sua integralidade, pelo Banco BTG Pactual, teria sido fixada em desconformidade com as condições de mercado vigentes à época da realização da operação, o que poderia, caso confirmado, ter ensejado danos ao erário.

Em razão disso, em sede de exame liminar, o Relator do referido processo determinou a adoção de medida cautelar, para que os valores relativos à amortização das debêntures de mercado não fossem pagos diretamente aos debenturistas, mas depositados em conta apartada, com aplicação financeira com liquidez diária, de acordo com o prazo do cronograma de amortização da operação, até a emissão de uma decisão de mérito pela Corte de Contas.

O Tribunal Pleno do TCE-MG referendou a medida cautelar determinada pelo Relator e destacou, na ementa do Acórdão proferido em 17 de junho de 2020, que o depósito da verba em conta bancária específica, mediante aplicação financeira com liquidez diária, tem o condão, além de resguardar o erário, de proteger os debenturistas de mercado, no caso de a decisão de mérito ser contrária ao entendimento do provimento cautelar.

Na oportunidade, a Corte de Contas destacou que a concessão da medida não representa declaração de ilegalidade ou invalidade de quaisquer dos contratos relacionados à emissão das debêntures pela PBH Ativos, o que afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures com garantia real.

Nesse contexto, destaca-se que a referida decisão proibiu que o Banco Centralizador (Banco do Brasil S/A) e o Agente Fiduciário interrompessem qualquer transferência para a conta de livre movimentação e que retivessem valores das contas vinculadas, permanecendo a amortização das debêntures subordinadas sem qualquer impacto.

Cabe mencionar que, embora em razão das medidas cautelares determinadas pelo TCE/MG o Rating Nacional de Longo Prazo da segunda emissão de debêntures seniores da PBH Ativos tenha sido rebaixado em 18/08/2020, a operação contava à época com 10 parcelas a vencer, até abril/2021, incluída a parcela de julho/2020 e o saldo residual em 15/07/2020 era de R\$ 4.572 mil incluída a parcela de julho/2020. Desde a decisão, o agente

fiduciário não realizou nenhuma amortização das debêntures, mesmo que a operação contasse com recursos suficientes para a sua quitação integral, já depositados na conta bancária específica, como determinado pela medida cautelar do Tribunal Pleno do TCE/MG.

Os autos do processo administrativo em tela se encontram em sede de exame meritório pelo Tribunal Pleno do TCE-MG.

Em 18/04/2021, a Fitch retirou o Rating Nacional de Longo Prazo 'Dsf(bra)' da segunda emissão de debêntures da PBH Ativos, porque as debêntures, que estão em situação de inadimplência desde julho de 2020, atingiram seu vencimento final em 15 de abril de 2021 e não foram quitadas.

A Escritura das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 e, embora a PBH Ativos tenha depositado integralmente as últimas parcelas (de julho/2020 até abril/2021), o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador não transferiram o recurso ao debenturista de mercado em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1).

Referidas parcelas estão retidas, até a decisão de mérito, na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do Banco do Brasil ("contas de Pagamento"), o que representa um saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 5,5 milhões (R\$ 5,0 milhões em dezembro de 2021). Vide nota 8.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76 e alterações posteriores e conforme as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), implantadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") contemplando ainda, as disposições contidas nas normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **2.1. Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela administração da PBH Ativos S.A. em 15 de fevereiro de 2023.

### **2.2. Base de mensuração**

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos principais ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

### **2.3. Moeda funcional**

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a

moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo.

#### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas estão baseadas na experiência histórica e são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis serão reconhecidas no exercício em que as estimativas forem revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados, estão contemplados a seguir:

- Nota 5 – Contas a receber
- Nota 7 - Depósitos Judiciais, Contingências provisionadas e não provisionadas
- Nota 10 – Bens destinados à venda
- Nota 11 – Imobilizado
- Nota 21.1 – Provisão de IRPJ e CSLL sobre receita não realizada.
- Nota 21.2 -Créditos a compensar

#### **2.5 Continuidade operacional**

No cumprimento do seu objeto social, informa que as arrecadações provenientes da carteira do fluxo da COPASA, não sofreram impactos nos negócios da Companhia que compromettesse a garantia das PPP's a curto prazo e não há tendência de inadimplência a médio e longo prazo.

A tendência normal da Carteira de Direitos de Créditos Autônomos é reduzir substancialmente até 2023 quando se encerra a 1ª emissão das debêntures e, neste contexto, a Companhia já está em tratativas com a PBH para a utilização dos saldos dos direitos creditórios para a quitação das debêntures de 1ª emissão, nos termos da escritura vigente.

Em relação aos aspectos operacionais, a Companhia retornou as atividades em regime híbrido, observados os novos cuidados decorrentes da pandemia COVID-19, e buscando atender o seu objeto social, que é a prestação de serviços de excelência à Administração Pública, oferecendo suporte técnico para a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica para projetos de concessão e Parcerias Público-privadas, por meio de soluções integradas, sempre comprometida com o crescimento econômico sustentável.

Os principais projetos que possibilitam à Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte executar políticas públicas e eficazes estão divulgados no site da PBH Ativos, cujo volume de negócios está atrelado aos critérios de oportunidade e conveniência do Executivo.

Com base nos fatos, esforços e circunstâncias existentes nesta data, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.



### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **3.1. Regime de competência**

A Companhia adota o regime de competência para registro de suas transações.

#### **3.2. Ajuste a valor presente (AVP)**

Permite a correção de julgamento acerca de eventos passados já registrados e traz melhorias na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

No período apresentado, a Companhia não apresentou ajustes significativos em suas demonstrações contábeis.

#### **3.3. Ajuste a valor justo**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros está avaliado pelo montante em que cada instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre as partes dispostas, com exceção de uma venda forçada ou liquidação.

#### **3.4. Ajuste a valor recuperável de ativos**

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia deve avaliar se há indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica relevante. Se houver, a Companhia deve efetuar avaliação e reconhecer contabilmente eventuais desvalorizações.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não apresentou perdas significativas em seus ativos ou conjunto de ativos.

#### **3.5. Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não para investimentos ou outros afins.

São fundos de investimentos de aplicações que acompanham a variação do CDI.

Compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras de renda fixa com rentabilidade diária e sem carência para resgate, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

#### **3.6. Créditos e/ou títulos a receber**

Os créditos e/ou títulos a receber são representados pelas seguintes operações:

##### **a) Créditos COPASA a receber**

Correspondem a créditos financeiros perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, inicialmente detidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) e que foram utilizados pela mesma para integralização de aumento de capital na

PBH Ativos, passando está a deter os direitos sobre os citados créditos (nota nº 5.1).

**b) Direitos creditórios a receber**

Correspondem a valores relativos à integralização das debêntures emitidas em 1º de abril de 2014 pela Companhia, as quais foram totalmente subscritas pelo Município de Belo Horizonte, que, através da Lei Municipal nº 10.003 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, foi autorizado a ceder créditos autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários, vencidos e parcelados pelo contribuinte, que se encontram ou não inscritos em dívida ativa do Município (nota nº 5.2).

**3.7. Ativo não circulante**

Compreende os valores cuja realização acontecerá após 12 (doze) meses da data do balanço patrimonial. Além disso, representa grupos de contas e aplicações financeiras destinadas a cauções e garantias dadas pela PBH Ativos em contratos de Parcerias Público-Privadas do Município de Belo Horizonte, nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004.

**3.8. Bens destinados à venda e/ou negociações**

Correspondem a terrenos, adquiridos em abril de 2012, em processo de permuta por outros imóveis com o Município de Belo Horizonte (nota nº 10).

**3.9. Ativo imobilizado**

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

**a) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado da Companhia composto por bens móveis está registrado inicialmente pelo custo de aquisição. Não ocorreram até o momento fatores que indiquem que a vida útil, valor residual ou mudança tecnológica desde a data de aquisição que possam levar à necessidade de mudança da estimativa contábil.

Na data de cada demonstração contábil, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022 o teste de impairment foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) pelo montante dos terrenos (nota 11) registrados no grupo de imobilizado e não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução dos ativos ao valor recuperável.

**b) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre os valores depreciáveis, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual estimado baseando-se no método linear.

O percentual do valor residual e a vida útil estimada para cada grupo do imobilizado da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2022, são os seguintes:

**Percentual depreciação**

<b>Ativos</b>	<b>Vida útil (anos)</b>	<b>Taxa de depreciação (%)</b>
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Móveis e utensílios	10 anos	10
Computadores e Informática	5 anos	20

**3.10. Provisões**

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

**3.11. Patrimônio líquido**

O Patrimônio líquido compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio líquido, resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

**3.12. Apuração do resultado**

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem saldos de caixa, bancos, numerários em trânsito e aplicações financeiras. Estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentam os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Caixa e bancos		-	1
Aplicações financeiras	4.1	125.888	102.276
Numerários em trânsito	4.2	3	3
		<b>125.891</b>	<b>102.279</b>

**4.1 Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por fundos de investimentos de liquidez e rentabilidade diárias, atrelados à taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário "CDI", com remuneração de aproximadamente 100% do CDI.

São gerenciados pela Companhia para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

#### **4.2 Numerários em trânsito**

Correspondem aos valores dos direitos creditórios (nota 5.2) reconhecidos no decorrer do exercício que ainda não integraram o saldo de bancos na conta corrente da empresa no fim do mês.

### **5. Créditos a receber**

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultados.

O saldo a receber é originado das operações referentes aos direitos de créditos junto a Copasa MG e dos Direitos Autônomos de Recebimento de Créditos adquiridos do Município, e foram cedidos fiduciariamente para as garantias de PPP e para a operação de debêntures, respectivamente.

São tratados como mantidos até o vencimento considerando que não podem ser negociados no mercado face às suas naturezas e origens.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 estão assim apresentados:

<b>Descrição</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Copasa MG	5.1	23.015	21.617
Direitos Creditórios a Receber	5.2	193.743	31.378
Créditos a Restituir PMBH		25	
<b>Circulante</b>		<b>216.785</b>	<b>52.995</b>
Copasa MG	5.1	184.973	196.605
Direitos Creditórios a Receber	5.2	5.222	164.100
<b>Não circulante</b>		<b>190.195</b>	<b>360.705</b>
<b>Total</b>		<b>406.980</b>	<b>413.700</b>

#### **5.1 Créditos COPASA MG a receber**

Correspondem a créditos detidos pelo Município de Belo Horizonte/MG perante a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, transferidos para a PBH Ativos S/A a título de subscrição de capital social realizada em 29 de maio de 2012, com vencimento em junho de 2031.

Estes créditos são provenientes de instrumento contratual celebrado entre o Município de Belo Horizonte, a COPASA MG e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e do Termo de Reconhecimento de Dívida.

O saldo dos Créditos COPASA MG a Receber reflete as amortizações ocorridas e atualizações mensais (pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), são classificados conforme demonstrados no quadro a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>Transferências</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>	21.617	24.167		22.768	23.015
<b>Não Circulante</b>	196.605	(24.167)	12.535		184.973
<b>Total</b>	<b>218.222</b>	<b>0</b>	<b>12.535</b>	<b>22.768</b>	<b>207.988</b>

Estes créditos foram dados, pela PBH Ativos, como garantia em PPP's do Município, sendo que seu recebimento ocorre em contas bancárias gravadas de penhor em favor das concessionárias (nota nº 9).

Destaca-se, ainda, que as contas a receber do Fluxo da COPASA tem as suas parcelas adimplentes na data 31/12/2022, em congruência com o fluxo das garantias nos contratos de Parcerias Público-Privadas assinados pela Administração Pública Municipal.

**DESDOBRAMENTOS DO SALDO A RECEBER**  
**CRÉDITOS COPASA MG**

<u>Classificação</u>	<u>Saldos (R\$)</u>
Até 12 meses	23.015
de 12 a 24 meses	23.015
de 24 a 36 meses	23.015
de 36 a 48 meses	23.015
de 48 a 60 meses	23.015
após 60 meses	92.913
<b>Total</b>	<b>207.988</b>

## **5.2 Direitos creditórios a receber**

Provenientes da Cessão de Direitos de Créditos Autônomos realizada pelo Município de Belo Horizonte, em 01 de abril de 2014, e voltada para a subscrição integral de debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, de forma privada, no valor nominal de R\$ 880.320 mil, com vencimento em janeiro de 2033

Foram reconhecidos inicialmente pelo valor do principal do parcelamento acrescidos de atualização monetária, multa e juros até a data de cessão, 01 de abril 2014, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros com base no Fluxo de Recebimento de Parcelamentos Ativos e dos Juros, constante no contrato de cessão.

São atualizados em 1º de janeiro de cada ano pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, além de sofrer incidência, mensalmente, de juros de 1% ao mês sobre o valor do principal atualizado, de acordo com as legislações e resoluções fiscais aplicáveis aos créditos originários.

Em 2022 foi realizada a recomposição da Cessão de Créditos em face aos descontos concedidos pelo Município de Belo Horizonte através do programa de incentivo à quitação e parcelamentos de dívidas, denominado "Reativa BH", instituído em 2021, entre outros. Em função desta operação, foram recompostos ao fluxo da Cessão o saldo credor de R\$ 24 milhões na data de 01/07/2022.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(em milhares de reais)**



Considerando que a carteira dos Direitos Creditórios será dada em pagamento para liquidação do saldo devedor das Debêntures Subordinadas, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão, parte dos valores registrados no ativo não circulante foram transferidos para o ativo circulante da Companhia, tendo em vista o vencimento do referido título em abril de 2023.

Por conseguinte, os Direitos Creditórios estão classificados em circulante e não circulante conforme demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Direitos Creditórios	161.333	34.997
(-) Enc. Financ. a realizar	(6.292)	(3.619)
Ajuste a Valor Justo a realizar	38.702	0
<b>Circulante</b>	<b>193.743</b>	<b>31.378</b>
Direitos Creditórios	5.222	170.392
(-) Enc. Financ. a realizar	0	(6.292)
Ajuste a Valor Justo a realizar	0	0
<b>Não Circulante</b>	<b>5.222</b>	<b>164.100</b>
<b>Total Direitos Creditórios a Receber</b>	<b>198.965</b>	<b>195.478</b>

Em 2022, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações a mensuração do valor justo dos Direitos Creditórios pela diferença dos valores contábeis, mensurados pelo método dos juros efetivos, com os valores divulgados mensalmente pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA, o que ocasionou um ajuste a valor justo de R\$ 38,7 milhões.

**Composição Direitos Creditórios a Receber conforme informações prestadas pela SMFA**

Saldo dos 1814 parcelamentos ativos:	62.256
Saldo dos 25.482 lançamentos cedidos e não parcelados:	136.709
<b>Saldo total Direitos Creditórios em 31/12/2022:</b>	<b>198.965</b>

Não é calculado a perda no valor recuperável da carteira, uma vez que o saldo integral da carteira de direitos de créditos autônomos poderá ser utilizado para a quitação das Debêntures Subordinadas, conforme subscrito na cláusula 4.5.3 da Escritura das Debêntures de 1ª Emissão.

Em decorrência do vencimento das escrituras das Debêntures de 2ª Emissão e considerando a inexistência de pagamentos vincendos, o fluxo dos Direitos Creditórios Autônomos deixou de ser atribuído fiduciariamente aos debenturistas de mercado (nota nº 12.2 e 12.2.1) em garantia real da operação.

Por conseguinte, os saldos classificados em circulante e não circulante estão assim demonstrados:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**  
**Em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
**(em milhares de reais)**



	31/12/2021	Transf.	AVJ	Atualização	Amortização	31/12/2022
<b>Dir. Creditórios a Receber</b>	34.996	185.539			(59.203)	161.332
<b>Ajuste a valor justo</b>	-	38.702				38.702
<b>(-) Enc. Financ. a Realizar</b>	(3.618)	(6.292)			3.619	(6.291)
<b>Circulante</b>	<b>31.378</b>	<b>217.949</b>	-	-	<b>55.584</b>	<b>193.743</b>
<b>Dir. Creditórios a Receber</b>	170.392	(185.539)		20.369		5222
<b>Ajuste a valor justo</b>	1	(38.702)	38702			0
<b>(-) Enc. Financ. a Realizar</b>	(6.292)	6.292				0
<b>Não Circulante</b>	<b>164.100</b>	<b>(217.949)</b>	<b>38.702</b>	<b>20.369</b>	-	<b>5.222</b>
<b>Total</b>	<b>195.478</b>	<b>-</b>	<b>38.702</b>	<b>20.369</b>	<b>55.584</b>	<b>198.965</b>

## 6. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos de PIS/COFINS, INSS e Saldos Negativos de IRPJ e CSLL.

Os valores são demonstrados em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
INSS	1	1
PIS/COFINS/IRRF	1.319	367
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	138	38
	<b>1.458</b>	<b>406</b>

O aumento do saldo negativo em 2022 refere-se ao imposto de renda sobre aplicação financeira retidos no período de 2022 e não compensados na apuração do IRPJ e CSLL sobre o pagamento por estimativas.

Em agosto/2023, após a apresentação da Escrituração Fiscal Digital (ECF) ano calendário de 2022, será providenciado os trâmites legais para a formalização dos créditos na DCOMP para a compensação com débitos devidos de natureza fiscal.

## 7. Depósitos judiciais e contingências fiscais

Através do Mandado de Segurança nº 0014187-35.2016.4.01.3800, distribuído em 14 de março de 2016, a Companhia contesta a validade do Decreto nº 8.426/15, que elevou de 0% para 4,65% a alíquota de incidência da Contribuição para PIS/COFINS sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, requerendo, destarte, a declaração de inexistência da obrigação tributária.

Em 18 de março de 2016, foi concedido por meio de liminar o não recolhimento dos valores ao ente federativo, sendo determinada, em contrapartida, a realização dos depósitos dos

valores em juízo.

O litígio foi classificado pelos seus assessores jurídicos como perda provável, diante da Denegação do Mandado de Segurança em 28 de agosto de 2018 e, desta forma, a Administração deliberou em constituir uma provisão de contingência no mesmo montante do depósito judicial.

Assim, em 31 de dezembro de 2022, o valor do Passivo Contingente e dos depósitos judiciais atualizados corresponde ao importe de R\$ 28,1 milhões (21,8 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Ademais, registra-se o aumento da atualização monetária sobre os depósitos judiciais em decorrência do acréscimo da Taxa Básica de Juros (SELIC) do período, perfazendo, durante o ano de 2022, um acréscimo de R\$ 2,4 milhões (R\$ 600 mil em 2021).

### **7.1 Outras demandas judiciais**

- **Mandado de Segurança - 1009059-46.2018.4.01.3800 (Natureza tributária)**  
Trata-se de Mandado de Segurança em que a PBH ATIVOS pede a concessão da segurança para que reste reconhecido o seu direito de poder quitar débitos de IR e de CSLL sem a restrição introduzida pelo inciso IX do §3º do artigo 74 da Lei 9.430/1996, trazido pela Lei 13.670/2018, ou seja, podendo fazê-lo via compensação, tal qual autorizado antes do advento do referido diploma legal. O valor da causa estimado é de R\$ 9,3 milhões (vide nota 13.1).
- **Ação Civil Pública - 5044155-98.2017.8.13.0024 - (Natureza Cível)**  
Trata-se de Ação Civil Pública. Apurar supostas irregularidades no que tange aos benefícios e ao recebimento de altos salários por parte dos agentes públicos vinculados a PBH ATIVOS S/A. sociedade de economia mista municipal, integrante da Administração Indireta Municipal. A PBH Ativos informa nos autos que foi aprovado o Plano de carreira, Cargo e Salário, bem como a realização de concurso público. O concurso foi homologado e as nomeações dos aprovados iniciadas desde 2019. Valor da causa: R\$ 1 mil.
- **Ação Civil Pública - 5180356-63.2018.8.13.0024- (Natureza Cível)**  
Trata-se de ação sobre Concurso Público, que foi ajuizada pela candidata elegando suposto preterimento no chamamento público do 1º Concurso Público da PBH Ativos. Vaga reservada para eventual posse. Valor da causa: R\$ 75 mil.

O desfecho dessas ações judiciais discutidas pela PBH Ativos em juízo é considerado pelos assessores jurídicos como perda possível.

O processo de identificação, classificação e avaliação de riscos dos processos judiciais é realizado pelos Assessores Jurídicos da Companhia com o acompanhamento, participação e monitoramento da Diretoria e do Conselho de Administração.



## 8. Aplicações vinculadas

Corresponde a aplicação financeira vinculada ao Banco do Brasil nº 18.120-X no importe de R\$ 5,5 milhões (R\$ 5 milhões em dezembro de 2021), destinada aos pagamentos das parcelas do período de julho/2020 a abril/2021 a favor dos debenturistas de mercado (Debêntures de 2ª Emissão), conforme decisão cautelar nos Autos de Representação nº 1.024.572 que tramita perante a 1ª Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais - TCE/MG (nota nº 12.2 e 12.2.1).

A rentabilidade do Fundo dessa aplicação em 2022 foi de 12,16% (3,80% a.a em 2021).

## 9. Garantias e cauções

### 9.1 Garantias e cauções classificadas no Ativo Não Circulante

Representadas por contas aplicações financeiras em fundos de investimentos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

São destinadas a prover garantia na Parceria Público Privada (PPP) junto à Secretaria Municipal de Educação para construção das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), prover garantia na PPP da Saúde (UBS) e prover garantia na PPP junto à Secretaria Municipal de Saúde para construção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro (HMDCC).

Conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Aplic. Financeira - CEF 3491-8 (EMEIS)	6.988	6.960
Aplic. Financeira - CEF 3791-7 (UBS)	25.801	23.271
Aplic. Financeira - CEF 3483-7 (HMDCC)	137.143	114.633
	<b>169.932</b>	<b>144.864</b>

Em 2022 a rentabilidade dos fundos de investimentos dessas aplicações foi de 12,74% a.a. a 12,86% a.a (4,62% a.a a 4,69% a.a em 2021)

### 9.2 Garantias e cauções classificadas no Passivo Não Circulante

Os valores indicados no Passivo Não Circulante a título de "Garantias e Cauções" referem-se a cauções contratuais com fornecedores. Em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 5 (R\$ 5 saldo em dezembro de 2021).

## 10. Bens destinados à venda

Compreendem terrenos adquiridos em abril de 2012 junto à União por meio de financiamento com a Caixa Econômica Federal, cujo valor de aquisição foi de R\$ 10.010 mil.

Os terrenos foram destinados ao Município de Belo Horizonte, através de um termo de permuta de bens imóveis e cessão de uso gratuito com o Município de Belo Horizonte, realizado em 30 de abril de 2015, para edificação da nova rodoviária da Prefeitura.

Deste modo, considerando o tempo a transcorrer do processo de permuta com o cronograma da referida obra, foi cedido pela Companhia ao Município o uso gratuito dos

terrenos até que efetive a permuta por outros imóveis do Município.

Em junho de 2021 foi elaborado um laudo de avaliação dos Terrenos do Bairro São Gabriel. Foi optado pelo "Método comparativo direto de dados de mercado", para a definição do valor do imóvel, conforme os termos da NBR 14653. A avaliação foi realizada pela empresa Safira Engenharia Ltda e como conclusão dos estudos não houve indicações de perda de valor econômico.

Em 2022 foi feita uma avaliação junto com a Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

## **11. Ativo imobilizado**

O Ativo Imobilizado é representado por terrenos integralizados em 2014 e 2015, no importe de R\$ 29.426 mil e por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia.

Os bens corpóreos e os intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e são depreciados e/ou amortizados baseando-se no método linear.

Em 2017, a Companhia contratou uma empresa de serviços técnicos especializado para elaboração de laudo de avaliação dos imóveis urbanos de sua propriedade, utilizando-se como método comparativo de Dados de Mercado, nos termos da ABNT. A avaliação foi realizada pela Raja Engenharia e a conclusão é de que não havia necessidade de registro de perdas por desvalorização sobre o montante do ativo.

Conforme orientação técnica do CPC 01 ("Redução ao Valor Recuperável dos Ativos"), a Companhia de 2018 até o momento avalia internamente se há alguma indicação de que os imóveis de sua propriedade apresentam alguma indicação de desvalorização. A avaliação é feita pela Subsecretaria da Receita Municipal por meio da metodologia de cálculo do ITBI e a conclusão apresentada é sem indicações de perda de valor econômico.

Em 2023, por meio de contratação de modalidade por licitação, a Companhia contratou uma Empresa especializada em serviço técnico para a elaboração de avaliação mercadológica de 20 (vinte) imóveis de propriedade da PBH Ativos. Até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis o serviço contratado está em andamento.

A posição patrimonial da PBH Ativos, em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Terrenos	29.426	29.426
Computadores e periféricos	18	26
Móveis e utensílios	68	88
Máquinas e equipamentos	3	4
Benfeitorias	100	112
	<b>29.615</b>	<b>29.656</b>

Os Terrenos são classificados como Ativo Imobilizado considerando a revogação do processo licitatório nº 01.047.202/15-56 para alienação dos terrenos, conforme consta em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia na data 30 de março de 2017, sem previsões de alienação.

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

<b>Saldo dos Móveis e Benfeitorias em 31/12/2021</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo dos Móveis e Benfeitorias em 31/12/2022</b>
230	41	189

## 12. Debêntures

Os saldos das Debêntures em 31 de dezembro de 2022 estão assim apresentados:

<b>Descrição</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Debêntures 1ª Emissão	12.1	193.743	47.864
Debêntures 2ª Emissão	12.2	5.498	5.016
<b>Circulante</b>		<b>199.241</b>	<b>52.881</b>
Debêntures 1ª Emissão	12.1	0	165.852
Debêntures 2ª Emissão	12.2	0	0
<b>Não circulante</b>		<b>0</b>	<b>165.852</b>
<b>Total</b>		<b>199.241</b>	<b>218.733</b>

### 12.1 Debêntures - 1º Emissão

São debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas em 1 de abril de 2014 para subscrição privada, as quais foram inteiramente subscritas pelo município de Belo Horizonte e integralizadas mediante a cessão de Direitos de Crédito Autônomos, no importe total de R\$ 880.320.000 (correspondente a 88.032 debêntures subordinadas emitidas com valor nominal unitário de R\$ 10 mil), possui prazo de vencimento em abril de 2023.

São atualizadas pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos meses de janeiro de cada ano, calculado sobre o saldo devedor em 31 de dezembro do ano anterior (nos mesmos moldes da atualização dos Direitos Creditórios).

Em janeiro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 21,5 milhões (R\$ 11,6 milhões em 2021) a título de atualização monetária sobre o saldo devedor das referidas debêntures e até 31/12/2022 realizou amortizações parciais no montante total de R\$ 41,5 milhões (R\$ 54,1 milhões no exercício de 2021).

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022 o saldo das Debêntures de Primeira Emissão corresponde a R\$ 194 milhões (R\$ 213,8 milhões – 31/12/2021).

### 12.2 Debêntures - 2º Emissão

Constituídas por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia

real representada por cessão fiduciária de Direitos Creditórios Autônomos, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

Na data da emissão, 15 de abril de 2014, correspondiam a 2.300 debêntures com valor unitário de R\$ 100 mil, no montante total de R\$ 230 milhões, com prazo de vencimento em 15 de abril de 2021. Em 09 de maio de 2016 foi celebrado o terceiro aditamento com alterações no cronograma de amortização das Debêntures, modificando os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

Foram atualizadas mensalmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com pagamentos mensais de amortizações e de juros à taxa de 11% a.a até o seu vencimento.

Os saldos contábeis foram reconhecidos pelo valor justo no momento inicial e posteriormente mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Escritura das debêntures de 2ª emissão da PBH Ativos teve o seu cronograma de amortização encerrado em abril de 2021 e, embora a PBH Ativos tenha depositado integralmente as últimas parcelas, o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador não transferiram o recurso ao debenturista de mercado em cumprimento à medida cautelar proferida pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) no âmbito da Representação 1.024.572 - Apenso 1.031.793 (vide nota 12.2.1).

As parcelas de julho/2020 até abril/2021 estão retidas na conta número: 18.120-X, agência 1615-2, do banco do Brasil ("contas de Pagamento"), conforme decisão do TCE, o que representa um saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 5,5 milhões (R\$ 5 milhões em dezembro de 2021).

### **12.2.1 Informação sobre acórdão TCE-Representação 1.024.572**

Em 17 de junho de 2020, o acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) referendou a medida cautelar proferida no âmbito da Representação 1.024.572 (Apenso 1.031.793) que discute, dentre outros pontos, aspectos da "Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-conversíveis, com Garantia Real, em Série única, Com Esforços Restritos de Colocação" realizada pela Companhia. A Emissora foi intimada acerca do acórdão no sentido de que fosse suspenso, em caráter acautelatório, o pagamento das parcelas diretamente aos debenturistas de mercado e de que tais valores fossem depositados numa conta apartada com aplicação financeira de liquidez diária.

No referido acórdão, determinou-se que o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário adotassem medidas para o cumprimento do acima citado, de acordo com o prazo de amortização previsto no cronograma da operação, até a superveniência da decisão definitiva pelo Tribunal.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas afastou a possibilidade de o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora em razão dessa decisão. Além de ter frisado que as determinações expedidas ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário proíbem a interrupção de qualquer transferência para a conta de livre movimentação e a retenção de valores das contas vinculadas.

A PBH Ativos indicou o domicílio bancário exclusivo para o cumprimento do acórdão, bem como o Agente Fiduciário e Banco Centralizador cumpriram o determinado pelo Tribunal, já a partir da parcela subsequente, de julho de 2020.

Por fim, a Companhia vem prestando todas as informações/esclarecimentos à toda equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais/MG.

Até o momento não há o exame do mérito da ação e o valor do suposto dano erário municipal não está apurado.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível.

### 12.2.2 Custo de Captação

Os encargos financeiros incorridos na captação totalizam o valor de R\$ 2.000.000 na data de emissão, 15 de abril de 2014, e são reconhecidos mensalmente, de acordo com critério de amortização do título, conforme dispõe o Instrumento Particular de Escritura de Segunda Emissão de Debêntures.

De acordo com a data de vencimento da Emissão, as debêntures encerraram em 15 de abril de 2021 e, portanto, o custo de captação nessa data está 100% amortizado..

### 12.2.3 Covenants

Conforme definido na Escritura e aditamentos de debêntures de 2ª emissão, a companhia acompanha os relatórios financeiros Covenants, os quais em 31 de dezembro de 2022, encontram-se integralmente atendidos.

Cumprir informar que o cronograma de amortização dessa operação se encerrou em abril de 2021, não existem mais pagamentos ordinários vincendos e, desta forma, não há necessidade de a Companhia garantir os índices de cobertura previsto no contrato, com base no fluxo de realização dos Direitos de Créditos Autônomos (nota 5.2).

## 13. Impostos e obrigações a recolher

Os saldos referentes aos Impostos e Obrigações a Recolher são apresentados conforme quadro a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
CSLL	270	278
IRPJ	0	0
IRRF	150	93
PIS/COFINS/CSLL/ISS a recolher	4	4
	<b>424</b>	<b>375</b>

### 13.1. Compensação dos débitos de estimativas de IRPJ e CSLL do ano de 2018.

Em agosto de 2018 foi impetrado pela Companhia o Mandado de Segurança nº 1009059-46.2018.4.01.3800, com pedido de liminar, em decorrência da publicação da Lei Federal nº 13.670/2018, que restringiu os contribuintes de utilizarem os créditos de saldos negativos de IRPJ e CSLL por meio de compensação (PER/DCOM) de tributos federais estimado.

O Mandado de Segurança baseia-se nos princípios da segurança jurídica, com o intuito de que possa compensar os débitos IRPJ e CSLL desde o mês de maio de 2018.

Em 10 de agosto de 2018 foi concedido à Companhia liminar para suspender a exigibilidade do inciso IX do parágrafo 3º do artigo 74 da Lei 9.430/96, na redação da Lei 13.670/2018, autorizando a utilização dos créditos de Saldos Negativos de IRPJ e CSLL para compensação dos débitos de IRPJ e CSLL até o mês de dezembro daquele ano.

Foram compensados por meio de formulários os débitos de IRPJ (R\$ 3,6 milhões e CSLL (1,4 milhões) com os créditos de saldo negativo.

Os Autos foram então remetidos ao TRF1 (Tribunal Regional Federal de 1ª Região) e aguarda despacho decisório desde 16/08/2019.

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que a probabilidade de perda é possível (nota 7.1).

#### **14. Salários, remunerações e encargos sociais**

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de salários, remunerações e encargos sociais estão assim demonstrados:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Ordenados e salários	282	230
FGTS a recolher	37	18
INSS e RPPS a recolher	134	99
	<b>453</b>	<b>347</b>

#### **15. Provisões trabalhistas**

Os saldos referentes às provisões são apresentados conforme quadro a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Provisão para Férias	267	223
Encargos s/ Provisão de Férias	94	79
	<b>361</b>	<b>302</b>

#### **16. Patrimônio líquido**

##### **16.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 284 milhões, representado por 32.851.182 ações ordinárias.

##### **16.2 Reservas**

###### **a) Reserva legal**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

###### **b) Reserva de lucros**

Composto pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício subtraído da reserva legal. Nos termos do inciso III do parágrafo 3º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, a proposta da atual administração é destinar a retenção de todo o lucro líquido incorrido até o presente exercício para Reserva de Lucros a Destinar, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária.

## 17 Receitas

Em 31 de dezembro de 2022 as receitas são compostas pelos seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Juros (nota nº 17.1)	3.619	6.374
Atualização de Créditos (nota nº 17.2)	32.904	34.052
Ajuste a valor justo (nota nº 5.2)	38.702	0
Prestação de Serviços (nota nº 17.3)	43	322
<b>(-) Deduções</b>		
ISSQN / PIS/ COFINS	(6)	(43)
	<b>75.262</b>	<b>40.705</b>

### 17.1 Juros auferidos

São juros incidentes sobre os valores dos "Direitos Creditórios" reconhecidos pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, que desconta os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do ativo financeiro (vide nota 5.2).

### 17.2 Atualização de créditos

Decorrem, principalmente, da atualização do saldo dos créditos relativos ao Convênio COPASA-MG e do saldo credor dos Direitos Creditórios (vide notas 5.1 e 5.2).

A classificação do ativo financeiro – Direitos Creditórios (nota 5.2) é baseada no modelo no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Contudo, como não é possível estimar de forma confiável, os fluxos de caixa ao longo de todo o instrumento contratual por conta da natureza dos parcelamentos dos rompidos, inadimplência e entre outros fatores, portanto, por conservadorismo, em atenção ao CPC 48, utilizamos o fluxo de caixa contratual longo de todo o termo contratual do instrumento financeiro.

### 17.3 Prestação de Serviços

Receitas de prestação de serviços para análise de modelagem econômico-financeira e jurídica para os contratos de convênios.

## 18 Custos

São reconhecidos como custos operacionais os valores incorridos na operação das Debêntures, compostos pelos seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Atualização s/ Debêntures	(21.502)	(11.599)
Juros s/ Debêntures	0	(24)
Amortização de custos de captação	0	(5)
	<b>(21.502)</b>	<b>(11.628)</b>

## 19 Despesas tributárias

As despesas tributárias da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estão assim demonstradas:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Processos fiscais (nota nº 7)	(6.361)	(3.499)
IPTU	(247)	(234)
Outros	(2)	(3)
	<b>(6.610)</b>	<b>(3.736)</b>

## 20 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022 está assim demonstrado:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Receitas c/ aplicações financeiras	33.446	10.807
Outras receitas financeiras	9	7
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>33.455</b>	<b>10.814</b>
Despesas bancárias	(85)	(78)
Variação monetária	(482)	(161)
IOF	(194)	(79)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(761)</b>	<b>(318)</b>
<b>Resultado Financeiro do Período</b>	<b>32.694</b>	<b>10.496</b>

O resultado financeiro aumentou em 31 de dezembro de 2022 em comparativo em 31 de dezembro de 2021, em razão do aumento da taxa de rentabilidade e do aumento dos saldos das aplicações financeiras registradas no ativo circulante e não circulante.

## 21 Impostos de Renda e Contribuição Social

A Companhia adota a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL com base no Lucro Real anual, apurados mensalmente para efeito de suspensão/redução do pagamento.

O IRPJ sobre lucro líquido é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil e a CSLL do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9%, também sobre o lucro tributável.



Ambos tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

Considerando suas características e legislação vigente, as receitas não efetivamente realizadas no período são excluídas da base de cálculo para fins de apuração,

Deste modo, os tributos definitivos são apurados ao término do exercício, conforme demonstrado a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Resultado Contábil	47.698	25.550
Provisões não dedutíveis	16.129	(1.173)
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>63.827</b>	<b>24.377</b>
(+) Adições	64.207	63.128
(-) Exclusões	(77.726)	(61.104)
<b>Resultado Fiscal</b>	<b>50.308</b>	<b>26.401</b>
(-) Comp. Prejuízo/Base Negativa de Exerc. Anteriores	(15.093)	(7.920)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>35.216</b>	<b>18.481</b>
IRPJ	(8.776)	(4.596)
CSLL	(3.169)	(1.663)
<b>IR/CSLL corrente</b>	<b>(11.945)</b>	<b>(6.259)</b>

### 21.1 Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre receita não realizada

De acordo com o inciso "a" e "b" do artigo 3º do Decreto nº 1.578/77 e atualizado pelo Decreto nº 1.698/78, o artigo 10º da IN nº 21/79 e IN nº 1.700/2018, a Companhia realiza o diferimento do IRPJ e da CSLL sob as receitas não realizadas de atualização monetária do saldo devedor da COPASA e dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor dos Direitos Creditório Autônomos.

Em 31 de dezembro de 2022 foram contabilizadas provisões de imposto de renda e contribuição social diferida sobre o valor da receita financeira não realizada no período:

<b>IRPJ e CSLL diferidos (em milhares de Reais)</b>	<b>IRPJ e CSLL Provisionado (R\$)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>71.076</b>
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	4.702
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	(9.373)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>66.405</b>
IRPJ e CSLL sobre Receita não realizada COPASA	727
IRPJ e CSLL sobre Rec. não realizada Direitos Creditórios	9.040
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.172</b>

### 21.2 Crédito fiscal a compensar

A Companhia possui créditos fiscais ativados contabilmente, relativos a prejuízos fiscais/bases negativas a compensar em períodos futuros, conforme valores a seguir discriminados.

<b>Crédito fiscal a compensar</b>	<b>CSLL (9%) e IRPJ (25%)</b>
Prejuízo Fiscal Exercício 2012	120
(-) Compensação - Exercício 2013	(89)
Prejuízo Fiscal Exercício 2014	5.414
Prejuízo Fiscal Exercício 2015	9.294
Prejuízo Fiscal Exercício 2016	12.729
(-) Compensação - Exerc. Per. 2017 a 2021	(14.134)
(-) Compensação - Exerc. Per. 2022	(5.131)
<b>Crédito fiscal total a compensar em 31.12.2022</b>	<b>8.203</b>

A mensuração do ativo fiscal diferido está de acordo com a norma CPC 32 e este saldo é reduzido com os lucros fiscais disponíveis, como demonstrado na nota 21.

## **22 Ativos e passivo financeiros**

Os principais instrumentos financeiros são (i) Direitos Creditórios a Receber, (ii) Créditos a Receber da Copasa e (iii) Debêntures de 1ª Emissão.

Em 2022, a Companhia passou a registrar em suas demonstrações a mensuração do valor justo dos Direitos Creditórios pela diferença dos valores contábeis, mensurados pelo método dos juros efetivos, com os valores divulgados mensalmente pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMFA, considerados como base para a estimativa do preço para transação do ativo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.2

No que tange aos Créditos a Receber da Copasa e Debêntures de 1ª Emissão, o valor justo desses instrumentos financeiros é considerado idêntico aos saldos contábeis e representados, respectivamente, nas notas explicativas nº 5.1 e 12.1, uma vez que são impossibilitados de serem negociadas no mercado e que os Créditos a Receber da Copasa foram dados em garantia em contratos de PPP,

## **23 Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são relativas (i) à cessão de Direitos de Crédito Autônomos (Direitos Creditórios a Receber); (ii) à emissão de Debêntures de Primeira Emissão, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, acionista majoritário e (iii) contratos de penhor para as PPP's da Saúde e da Educação, conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 5, 9 e 12. Tais operações foram realizadas em condições de mercado e levando em consideração as normas legais a que a PBH Ativos estão sujeitos.

Destaca-se, ainda, que durante o exercício de 2022 os fluxos recebíveis da COPASA e dos Direitos Creditórios não sofreram alterações que comprometessem os seus compromissos com os debenturistas e as garantias das PPPs a curto prazo.

## **24 Transações com o Pessoal-Chave**

As transações com pessoal-chave incluem os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e fiscalização das contas financeiras, orçamentárias e contábeis. Não existe remuneração baseada em ações e a remuneração e encargos reconhecidos no resultado do período do pessoal-chave da Companhia em 2022 é de R\$ 1,7 milhões (R\$ 1,6 milhões em 31 de dezembro de 2021).

**25 Eventos subsequentes**

**Liquidação debêntures subordinadas**

Em atenção ao vencimento das Debêntures Subordinadas em 1º de abril de 2023, a Companhia prepara a liquidação do saldo devedor remanescente atualizado mediante a dação em pagamento de parte do Saldo dos Direitos Creditórios Autônomos, nos termos da cláusula 4.5.3 da Escritura de 1ª Emissão.

A administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e reconhece que não há outros eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a data de aprovação dessas demonstrações contábeis datadas em 15 de fevereiro de 2023.

---

**Pedro Meneguetti**  
Diretor Presidente

---

**Fábio Menezes Resende**  
Contador - CRC/MG 079805/O-8

PBH  TIVOS